

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO – PAULIPREV**

Aos 27 dias do mês de janeiro de 2020, as 18 horas, no plenarinho da Câmara Municipal de Paulínia, reuniram-se os membros do Conselho Administrativo nomeados através da do decreto nº 7.713 de 17 de dezembro de 2019, Sandra Ariadne Casassa, Nara Martins Moretti, Idu Albino Ribeiro, Antonia Sirlene Lima, Edson Tomaz, Paulo Henrique dos Santos, Erick Santos Paiva e Fabio Ceconelo, além da Diretora de Previdência e Atuaria Beatriz Bernardi e o Diretor Presidente André Breda para deliberar sobre a pauta publicada na secretaria do Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos de Paulínia – PauliPrev, conforme regimento interno dos Conselhos.

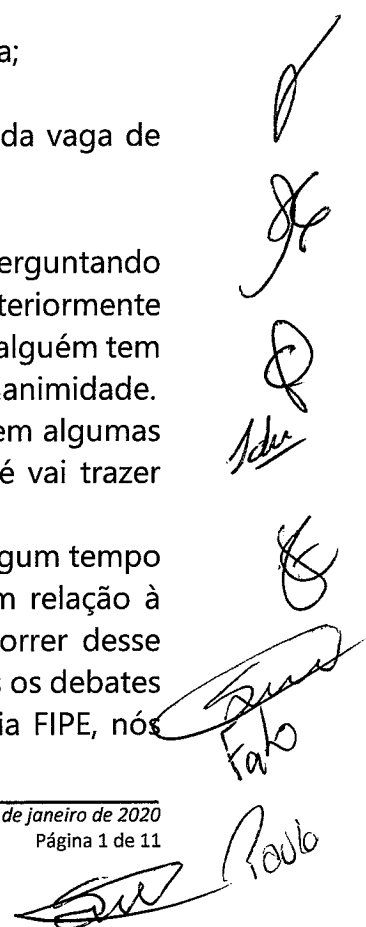
É importante esclarecer que a integra das reuniões do Conselho Administrativo está disponível em meio eletrônico no canal no Youtube do PauliPrev (<http://bit.ly/pauliprev>) e no site do Instituto [pauliprev.sp.gov.br](http://pauliprev.sp.gov.br), a qual todos podem ter acesso. Sendo assim, a presente ata é destinada a ratificação e a transcrição de maneira sucinta, dessa gravação. Todos os atos ocorridos na reunião encontram-se registrados em referida mídia, a qual deverá ser consultada para a visão da totalidade dos acontecimentos.

Pauta do dia:

1. Aprovação da Ata da reunião ordinária realizada em 13/01/2020;
2. Informações sobre contrato com a FIPE;
3. Informações sobre o andamento do processo de Prova de Vida;
4. Informações e atualização sobre ADIN da migração de 2001;
5. Informações sobre eleição suplementar para preenchimento da vaga de conselheiro administrativo eleito inativo, em vacância.

A presidente do Conselho Administrativo Sandra, inicia o **item 01**, perguntando sobre a ata da reunião do dia 13 de janeiro de 2020 que foi enviada anteriormente por e-mail e pelo grupo do WhatsApp para todos os conselheiros, se alguém tem algum adendo para fazer. Sem questionamentos foi aprovado por unanimidade. Seguindo para o **item 02**, Sandra lembra que o assunto já foi tema em algumas reuniões e com a aproximação do término do contrato o Sr. André vai trazer algumas informações novas para todos.

Sr. André inicia a fala dizendo que como já estávamos discutindo a algum tempo existem algumas demandas em relação ao contrato com a FIPE em relação à forma como ele foi celebrado, aos valores pagos, e com o transcorrer desse último ano com todas as compensações que nós conseguimos e mais os debates que nós tivemos, a apresentação que foi aqui para nós pela própria FIPE, nós



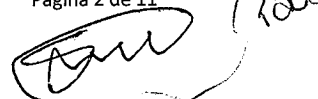
Handwritten signatures of the council members, including names like Sandra, Fábio, and Paulo.

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA**

entendemos enquanto Instituto e acredito que o conselho também acabou sendo parecido nesse movimento, que embora nosso questionemos o custo que a gente paga por cada processo compensado, financeiramente para o Instituto foi uma boa contratação, embora a gente se discuta a forma que ocorreu porque ela nos trouxe um resultado que nós não tivemos anteriormente, que nós provavelmente não teríamos principalmente por conta do estoque de processos que estavam acumulados em relação aos processos que prescreveram ao longo dos anos por falta de expertise da compensação previdenciária, hoje temos um índice de menos de 1% de custos sobre os processos compensados.

Em que pese que esse contrato com a FIPE foi vantajoso para gente nesses últimos anos nós ainda entendemos que nós podemos andar com as próprias pernas, ou pelo menos devemos tentar andar com as próprias pernas, então baseado em todas as discussões que nós já tivemos o contrato com a FIPE se encerra no próximo dia 28 de fevereiro, mas como dia 28 de Fevereiro é aniversário da cidade, um feriado municipal, esse contrato estará se encerrando no dia 27 de fevereiro. Hoje o Instituto já tem os logins necessários para que a gente inicie os processos de compensação pelo próprio Instituto, nós já temos os servidores habilitados para fazer isso especialmente o Ronaldo que é do departamento financeiro e como apoio ao Ronaldo o Adelson que vai começar a fazer esse processo, nós damos conta de toda a demanda estocada de processos anteriores e pelo volume de processos que chegam hoje acredito que nós tenhamos a capacidade operacional de fazer essa compensação.

Nós temos que lembrar também que vários outros Institutos inclusive Institutos que são parceiros nossos nas certificações do Pró Gestão, até em níveis mais avançados, tem processos acumulados na Secretaria de Previdência desde o ano de 2015 em que sequer avaliados foram, como nós temos um fluxo financeiro de recursos recebíveis todo mês dessa compensação já realizada no COMPREV em um primeiro momento nós não teremos dificuldade no nosso fluxo de caixa caso a gente tenha um determinado atraso nesses processos de compensação, por conta de todos esses estudos nós entendemos que vale a pena encerrarmos o contrato com a FIPE de maneira amigável e já comuniquei isso ao Professor Alípio inclusive, que tem nos procurado a respeito de um eventual renovação do contrato. Esse contrato será encerrado de maneira amigável e o que a FIPE fez foi de muito bom uso para a gente, nós temos um estoque de recursos sendo recebidos, mas nós vamos tentar andar com as próprias pernas a partir do dia 28 de fevereiro fazendo todos os processos de compensação. Como é um processo técnico mas que não tem muita dificuldade e segredo nós podemos ter dificuldades no momento da efetivação da auditoria por conta na Secretaria de Previdência, nesse momento nós vamos avaliar o que é que de fato está acontecendo, se é um erro operacional ou uma imputação de erro inexistente



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA**

para a gente para nós tomarmos todas as medidas cabíveis. Quis trazer essa situação da FIPE para o Conselho porque é uma coisa que a gente vem debatendo já no mínimo um ano e que eu disse que no momento oportuno depois de ter trabalhado os bastidores da situação que nós precisávamos primeiro ter servidores habilitados, segundo conseguir os logins para que eles tivessem acesso a processo de compensação junto a Secretaria de Previdência, lembrando que no passado por mais de uma vez esses login tentaram ser conseguidos e não foram disponibilizados, agora coisa está em ordem, trabalhamos nos bastidores e vamos começar o processo de compensação que espero que a gente comece a ter resultado se não imediatamente com um lapso temporal de 180 dias.

Sirlene pergunta se esse processo não irá atrapalhar a aposentadoria. Sr. André responde que uma coisa não tem relação alguma com a outra. O processo de concessão de aposentadoria ele tem o ciclo próprio, após a concessão da aposentadoria ao crivo do Tribunal de Contas que é a instância de registro e só depois do registro pelo Tribunal de Contas é que começa o processo de compensação previdenciária, é nesse momento em que a FIPE atua e que nós vamos passar a atuar agora os próprios recursos do Instituto.

Idu lembra da lisura e transparência dos contratos nessa administração e a não renovação do contrato mesmo que amigavelmente poderemos ter alguma dificuldade, mesmo tendo funcionários capacitados no Instituto para o trabalho. Sr. André fala que o objetivo é esse mesmo, de tentarmos fazer e depois de efetivamente fizermos teremos subsídios para analisar o resultado.

Sandra fala que não tem nada a reclamar dos serviços da FIPE, tem gratidão, mas que podemos andar com as próprias forças; se não obtivermos êxito poderemos rever um novo contrato. Também agradece ao vereador Tiguila pela presença na reunião.

Sobre os equipamentos da FIPE de ficar para o Instituto o Sr. André diz que não tem nada no contrato, mas vai solicitar as informações e verificar nas atas sobre o assunto discutido pelo professor Alípio da FIPE.

O vereador Tiguila pergunta se a FIPE treinou os funcionários do Instituto para fazer esse trabalho. Sr. André diz que alguns tiveram o treinamento e serão eles que vão dar continuidade. O vereador também pergunta se já tem um número fechado de compensação. Sr. André diz que hoje temos entorno de R\$ 70.000.000,00 já recebidos e mais R\$ 200.000.000,00 em recebíveis em 233 parcelas futuras.

Idu pergunta se existe algum processo para depois do dia 28 que é ação da FIPE que ainda vai ser compensado ou não. Sr. André fala temos ainda cerca de 50 processos lançados e uma perspectiva de mais alguns para entrar, não vai ultrapassar de 70 processos a serem pagos posteriormente porque sempre a compensação a gente paga no mês subsequente. Então até março e abril teremos



Handwritten signatures and initials on the right margin of the page, including names like 'Idu', 'Fabo', and 'Paulo'.

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA**

alguma coisa para pagar, mas eu não acredito que saiam muitas compensações. Serão pagos somente aqueles compensados até 27 de fevereiro.

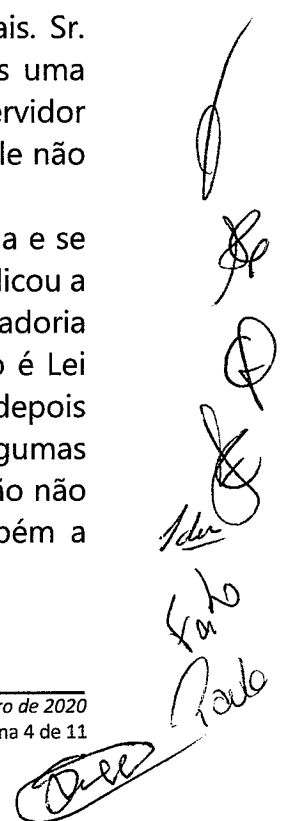
Nara pergunta qual a média ultimamente e depois do dia 27 quanto acha que deveram ser compensados.

André responde que é muito difícil saber porque hoje vários processos, de 50 a 70 processos por que a gente tem alguns que nós já fizemos apostila retificatória para serem registrados pelo Tribunal de Contas mas é um parto que inclusive semana passada pediu para Beatriz e o Bruno irem ao Tribunal de Contas para entender o porquê eles te mandam as irregularidades dos processos, processos antigos inclusive 2013/2014, nós fazemos as apostilas retificatória, passa pelo Tribunal de Contas novamente, eles continuam julgando os processos irregulares mas manda arquivar se nós atendemos tudo que eles pediram. Fizemos uma relação que a Beatriz e o Bruno foram até lá e a resposta que nós tivemos é "deixa isso com a gente porque a gente vai avaliar porque não existe um manual do Tribunal de Contas, depende de qual auditor ele estiver" até porque tem um processo de registro na auditoria física, tem na auditoria virtual e a gente tem o problema depois de um outro sistema que eles usam que é o SISCAS que nós não temos acesso, só eles têm acesso, eles provavelmente vão pegar esse rol de processos e atualizar por assim dizer manualmente, depois de ter liberado o acesso dos próprios auditores aqui de Campinas pela sede em São Paulo, é muito difícil você avaliar a gente pode ter um mês em que a gente receba 50 processos registrados de uma vez, depois passam 3 ou 4 meses sem registro nenhum.

Nara sugere de inserir no relatório gerencial a quantidade de processos cadastrados no COMPREV e o sucesso obtido.

Seguindo para o **item 03**, sobre o andamento do processo de prova de vida, Sandra agradece a paciência do Sr. André de responder nas redes sociais. Sr. André responde porque não fica acompanhando o Facebook e às vezes uma resposta simples você resolve o problema, você explica, você chama o servidor para o seu lado e a falta de resposta cria um problema maior ainda por ele não entender o que tá acontecendo.

Primeiro para que a gente reiterar a necessidade seja feita a prova de vida e se alguém observar o primeiro seminário desse ano também a Prefeitura publicou a necessidade e que aquelas pessoas que recebem complemento de aposentadoria pela Prefeitura compareçam para que façam seus recadastramentos, isso é Lei não é uma coisa que a gente escolhe ou não. De fato, iniciamos o processo depois dessas postagens do Facebook e da primeira semana que nós tivermos algumas consultas, algumas reclamações do Instituto a situação se acomodou então não vi mais ninguém reclamando, mais nenhum questionamento, mas também a procura está sendo pequena.



Handwritten signatures and initials on the right margin, including a large signature at the top, several smaller initials, and a signature at the bottom that appears to read 'Fato Paulo'.

## INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA

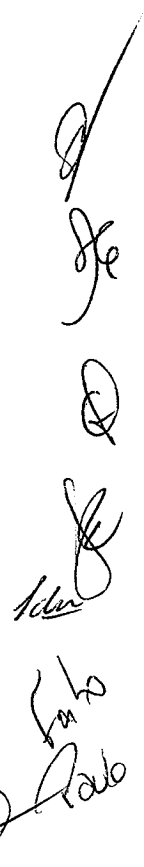
No mês de janeiro que é normalmente um mês mais complicado um mês de férias a gente já trabalha mesmo com essa expectativa, nós temos 86 inativos que deveriam fazer a prova de vida, até hoje 44 fizeram restando 42, conversamos com todos e os fatores e existe a publicação. O próximo passo essa semana mesmo é a última semana do mês o RH do Instituto está entrando em contato com os servidores para que eles façam a prova de vida, mas sabemos que alguns moram fora do município, fora do estado não tem problema, é só fazer contato com a gente que explicamos, montamos um questionário a ser contido que é só preencher reconhecer firma encaminhar para a gente pelo correio, não tem problema nenhum em qual que é o próximo passo; também algumas demandas alguns Conselheiros me fizeram. No primeiro semanário de cada mês do ano nós vamos publicar a relação daqueles inativos e pensionistas que não fizeram a prova de vida no mês anterior para dar mais publicidade ainda a necessidade. A suspensão do pagamento vai acontecer já no pagamento do mês subsequente para o servidor em média tirando o mês de fevereiro ele tem em média 60 dias para comparecer ao Instituto demonstrar que está vivo basicamente isso. Agora não preencheu e houve a suspensão naturalmente algumas pessoas só nos procuram quando existe a suspensão como aconteceu no censo, procurou o Instituto, provou a gente restabelece se necessário até em folha complementar por conta se tratar de verba de natureza alimentícia para não prejudicar mais ainda aos servidores.

Sandra pede para o Sr. André confeccionar um informativo para os conselheiros compartilharem nas redes sociais.

Iniciando o **item 04**, Sandra fala que foi sugestão do Conselheiro Fabio que na reunião anterior já foi discutido mesmo assim agora como item de pauta.

Antes do Sr. André iniciar a fala, Sandra explica que hoje na história do Servidor Público de Paulínia nós temos quatro instituições apartadas, uma é o representante legal de toda a categoria indistintamente rege a lei sindicalizado ou não, associado ou não o representante legal do Servidor é o sindicato. Temos a ASMUP que é uma associação bastante antiga e conhecida na cidade pelos servidores, e agora surgiu a confusão porque tem mais duas associações que acabaram sendo em um lapso temporal idêntico uma já tinha sido iniciada há mais tempo e a outra não, mas a outra devido a urgência da situação da ADIN ela se acelerou por necessidade, nós temos duas associações montadas, a associação que está sendo encabeçada pela maioria de médicos com o único objetivo de entrar como amicus curiae na ação da migração de 2001 para tentar entrar para auxiliar na defesa da ADIN.

Nós temos a outra associação que tem por presidente o Rogério Roger de Souza (servidor público municipal) que acabou de ser registrada também esta semana, então nós temos duas associações, cada uma seguindo uma vertente, uma



Handwritten signatures on the right margin, including names like Sandra, André, and Fabio.

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA**

somente para acompanhar a ADIN e a outra inclusive na semana passada teve reunião com Prefeito e Secretários porém contudo entretanto ele não tem a prerrogativa que o sindicato tem de fazer a defesa de toda a categoria legalmente falando. Devido aos questionamentos fez essas considerações salientado que é pra esclarecer alguns mal-entendidos.

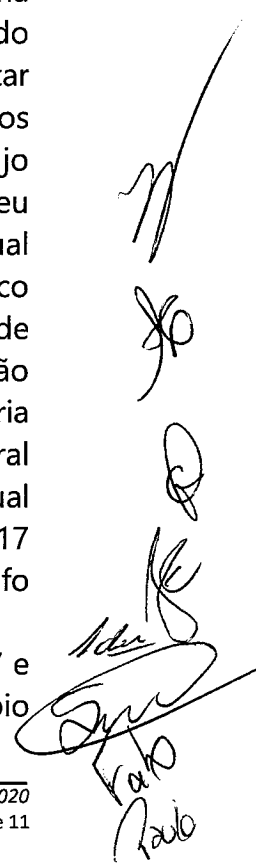
Nara fala que foi bem tumultuado a questão das associações gerando muita confusão, devendo os responsáveis esclarecerem melhor porque dentro da categoria acabou causando medo sobre o intuito da associação.

Marcia fala que a associação não tem o poder de negociação, somente levar uma demanda.

Idu fala que juridicamente sim, mas não impede negociar. Fala também que fez parte de uma comissão para que fosse falar com o Prefeito. Fala que essa associação foi formada somente pela ADIN. A outra associação não, porque a maioria não está dentro da ADIN, são pessoas que entraram após 2001. Essas associações foram criadas pela falta de confiança no sindicato.

Sr. André começa falando um pouquinho das associações, tem tranquilidade para falar de todas porque institucionalmente temos um bom relacionamento com todo mundo, conversei com todos, então o que acontece e não vou entrar no mérito de cada uma das associações e o que eu posso dizer é indicar que o sindicato com a Cláudia ela tem as demandas de trabalho dela, tem entendimento tenho bom entendimento do Sindicato dos Servidores. O MSI surgiu da dissidência e divergências com o sindicato e surge agora essa nova associação, a ASMUP que é uma associação mais velha, tem uma representatividade restrita e hoje temos um bom relacionamento com todo mundo e tem a ADESPP que foi pensada e constituída especificamente para tratar da questão referente a ADIN, todos os participantes dessa associação, todos os associados são pessoas afetadas pela ação direta de inconstitucionalidade e cujo objetivo dela é iniciar, defender com êxito se possível encerrar conforme seu estatuto já tem a previsão da doação dos seus recursos ou do seu eventual patrimônio para outra instituição a fim, que demonstra que ela tem um foco específico trazendo isso para a discussão da ação direta de inconstitucionalidade e nós já discutimos este em outras circunstâncias, mais especial na reunião passada todos sabem que o Ministério Público Estadual através da Procuradoria Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo e não da Procuradoria Geral do Estado, entrou acatando uma demanda do Ministério Público Estadual instalado no município contra a inconstitucionalidade de três artigos das Leis 17 e 18, da lei 17 o artigo 110 e o artigo 112 e da Lei 18 artigo 87 e seu parágrafo 3º.

O artigo 87 parágrafo 3º da Lei 18 reflete diretamente no artigo 110 da Lei 17 e a partir disso começou todo trabalho a partir do momento em que o Município



Handwritten signatures and initials on the right side of the page, including a large signature at the bottom that appears to read 'Fato Paulo'.

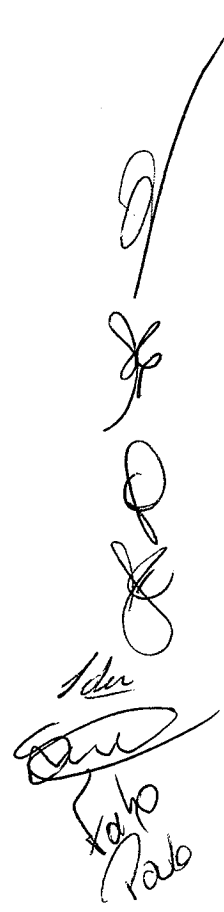
**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA**

e a Câmara tomaram conhecimento das tratativas de primeiro se entender o que era isso e verificar a perspectiva de ser vantajoso ou não para o Município se defender. Como toda a discussão se inicia dessa forma porque a há diversas interpretações, a partir disso há todo um trabalho feito individualmente por diversas instituições pelos dois entes principais, Prefeito e Câmara e o PauliPrev também entendendo a situação onde procura dar uma resposta para acalmar os servidores aposentados, que são os nossos segurados e o nosso foco principal e também nossos contribuintes que contribuem com grande percentual com que recebemos e representa esse mesmo percentual a nível de contribuição patronal e agora aporte suplementar, de entender todo esse aspecto.

Aí surge a ADESPP e surgem as nossas conversas com outros Entes, nesse momento nós passamos a participar de algumas reuniões na Prefeitura com apresentação de números e discussão dos objetivos de defesa, em um primeiro momento por demanda do Dr. Guilherme Secretário de Negócios Jurídico que precisava entender melhor a seara previdenciária, já que dentro do jurídico da Prefeitura não havia toda essa interpretação dos reflexos que isso traria para a municipalidade em uma instância previdenciária e muito menos financeira-administrativa, por que a visão era; é vantajoso retornar para o INSS porque a despesa do Município no primeiro momento com a contribuição previdenciária é menor. Mas a partir do momento que aprofunda os estudos que você traz não é só a contribuição previdenciária, você também tem contribuição para o FGTS e tem outras demandas, pois nós podemos lembrar que a reversão desses servidores saindo do estatuto do servidor os transferem automaticamente para ir para a Lei 750 de 1981, que é o estatuto antigo que não foi revogado.

Além disso tem todos os reflexos financeiros os recolhimentos pretéritos daquilo que foi recolhido a mais, FGTS não recolhido, termos aquela discussão se é justiça comum você vai trabalhar com prescrição de 5 anos, mas somos celetistas será a justiça trabalhista; a interpretação dentro da seara previdenciária que são 18 anos já que o servidor não deu causa à demanda e até que a Lei seja julgada inconstitucional, a presunção de constitucionalidade dos atos dos entes no Município, Prefeitura e Câmara, toda essa discussão nesse momento chegou-se à conclusão que deveria ser montada uma comissão para discutir os assuntos sobre conversão, a comissão foi montada.

A partir dessa comissão que começou a trabalhar as teses de defesa, e cada um no seu seara no espectro com seu entendimento buscando sempre a unidade para que um não atrapalhasse o outro, nesse primeiro momento tínhamos Prefeitura, Câmara e o PauliPrev junto com o Dr. Leonardo trabalhando paralelamente e assessorando ambas as Procuradorias para que entendessem a parte previdenciária, também o nosso controlador interno ficou incumbido de



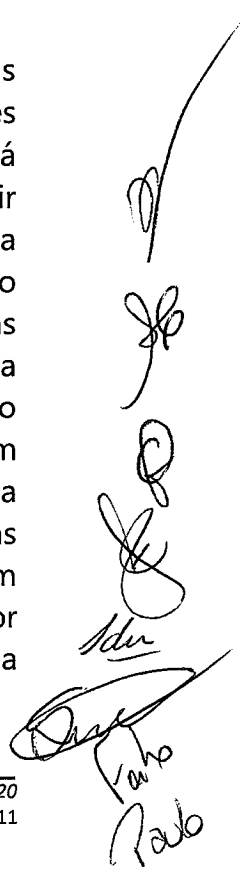
Handwritten signatures and initials on the right margin, including a large signature at the bottom that appears to read 'Fábio Rato'.

## INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA

fazer todos os cálculos com a agilidade necessária para Prefeitura, que tinha uma prazo para apresentar as suas informações para depois montar a tese de defesa. Neste momento foi procurado pelas pessoas que depois viriam formar a ADESPP, manteve contato também com a Cláudia Pompeu do sindicato e o Roger me procurou também e Meschiati pela ASMUP, e levando isso para as discussões até a nossa última reunião acontecida no dia 20, levou a demanda para o Dr. Guilherme que eu acho que todo mundo tem que falar a mesma língua, cada um pode ter a sua tese desde que uma não atrapalha outra, mas as teses de defesa são basicamente as mesmas que é a defesa da constitucionalidade do artigo 112, já que a Prefeitura atesta com certidões que nenhum servidor em 2001 migrou pelo artigo 110, ela atesta categoricamente isso, apresenta todos os números que demonstram isso, mais que isso, ela apresenta um rol de servidores, lembrando uma fala do Conselheiro Idu no grupo em que por que não tratar 2011 junto, porque ela não faz parte da ADIN, embora ela tenha um reflexo direto a decisão da inconstitucionalidade ou não dos migrados em 2001 vai afetar diretamente as discussões de quem migrou em 2011, por isso que várias pessoas como a Marcia estão participando das discussões, porque há um reflexo direto de observação, porque se em 2001 não podia um celetista migrar, quiçá 2011.

Mas está se tratando com o devido cuidado a Lei 49/2011 porque se ela não faz parte dessa denúncia do Ministério Público por que eu vou dar mais elementos para eles ainda aqueles que eles me pediram, por isso que ela não tá sendo tratada e é por isso que a gente até está tomando um certo cuidado e não colocá-los na mesma seara embora eles estejam, estão no mesmo pacote mas apartado num primeiro momento.

Na última reunião inclusive até por sugestão do PauliPrev já participaram dessas reuniões a ASMUP, sindicato e ADESPP em respeito a cada uma das associações para tentar chegar no objetivo comum, o que existe de novidade hoje nós já temos várias interpretações tratando da constitucionalidade da matéria e a partir disso agora você vai desencadear as teses de defesa por que o jurídico da Prefeitura também, aquilo que a gente fala desde o início que seja meu que não falar isso várias vezes, é que interpretou da mesma forma que a gente todas as demais ações de inconstitucionalidade foram ouvidas, nenhuma delas tem a mesma característica da de Paulínia, todas elas tem outras características, são pessoas que foram atendidas pela ADCT 19 que acabaram entrando, foram pessoas que por um ato do executivo sem qualquer preceito legal tiveram essa migração permitida, houve o caso da Unicamp tantos anos depois as pessoas sem concurso puderam passar também para o regime estatutário. Isso fica bem demonstrado no escopo da ação, você vê cada ação daquela que o Procurador Geral do Ministério Público Estadual coloca lá e lê, você lê um pouco daquela ação ela é diferente de Paulínia.



Handwritten signatures and initials on the right margin of the page, including a large signature at the top, several smaller ones in the middle, and the name 'Paulo' at the bottom.



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA**

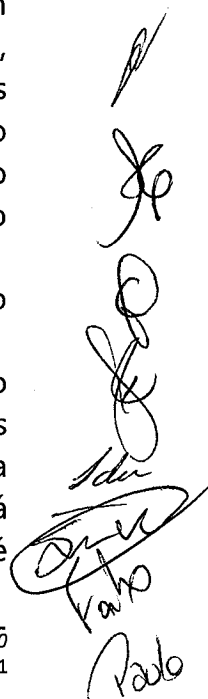
A nossa tese é essa a gente continua batendo na constitucionalidade da migração para sempre em defesa do servidor aposentado, apresentando números que demonstra a cada dia mais difícil que é o reflexo é reverso do que o Procurador está atestando que diz que houve um prejuízo que na verdade prejuízo evidente que se a gente for obrigado a fazer a reversão é o prejuízo é muito maior do que o benefício, seja balança pende para o lado negativo.

E além disso já existe uma unidade em diversas entidades na mesma defesa cada um vai fazer a sua, lembrando que a ADESP foi constituído com o objetivo principal e isso que temos em discussão minha com Dr. Emílio e Dr. Antônio Carlos previamente, que quando ele me chamaram para primeira reunião e ainda um grupo de servidores preocupados que não existia a ADESP ainda, era para tratar da questão de como é que poderia ser feita a defesa e nessa discussão eu sugeri para ele inclusive na época que deveriam conversar com o sindicato ou com a ASMUP, que eram as duas entidades naquele momento com CNPJ possível para entrar na ação como "amicus curiae" porque os agentes diretos da ação vão continuar sendo Prefeitura e Câmara. Temos que torcer para que o Tribunal de Justiça permita que a gente faça parte e mais do que fazer parte que a gente possa atuar na ação, apresentando defesa e fazendo sustentações orais.

Nesse momento até nas conversas com as Procuradorias Jurídicas ficou entendido que seria interessante ter alguém que pudesse contratar um escritório de peso para atuar na ADIN, por que segundo os nossos próprios Procuradores que tem todo no raw do mundo, eles são muito bons, eles conseguem fazer uma peça bastante importante de defesa, mas eles não tem peso e as ações que tiveram sucesso nessa mesma linha não só no Tribunal de Justiça, nos Tribunais de Justiça por que isso acontece no Estado de São Paulo e nos outros estados também, acontece ou até no STF se tratavam de escritórios de peso, então a esta Associação foi criada mas não tem um objetivo e rivalizar por exemplo com sindicato e nem com as outras associações. O que compete ao PauliPrev, institucionalmente fazer a defesa que cabe ao servidor e tentar alinhar essas outras instituições para que uma não atrapalhe o outro, esse é o maior trabalho que tenho hoje, é estar conversando com todo mundo para colocar todo mundo numa sala de reunião sem que eles briguem e de fato só não conseguiu fazer isso entre o sindicato e o Roger.

Iniciando o **item 05**, sobre as eleições suplementar para Conselheiro Administrativo Inativo em vacância.

Sr. André inicia dizendo que o Instituto já está trabalhando sobre isso, restituindo a comissão eleitoral, a portaria não foi revogada, já conversou com todas pessoas que fazem parte da comissão inicial para verificar se alguém quer declinar da comissão. Somente a servidora representante do executivo que declinou. Já solicitou ao Prefeito a indicação de outro nome. Gostaria de formatar o edital até



Handwritten signatures and initials on the right margin, including names like "Roger", "André", "Vitor", and "Rafael".

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA**

o carnaval para que a gente tenha uma data mais próxima segunda quinzena de março para estar resolvendo. Então o processo está em andamento a Mariela que é a representante do Instituto já está trabalhando naqueles assuntos que a gente precisa fazer no regulamento, na primeira eleição a gente tinha o prazo determinado pela Lei 69/2019 de 180 dias para as pessoas apresentarem o CPA, nós fizemos a eleição em abril que foi completamente válido isso, mas chegando em junho a Lei Federal 13846 já altera isso e diz que no momento em que você vai assumir a função você tem que estar certificado na forma do regulamento.

O nosso regulamento é Lei 69 que fala CPA então por sintonia então agora o conselheiro que foi eleito tem que ter certificado. Já estamos trabalhando nos acertos do regulamento nas reuniões com a comissão para definir data, divulgar para fazer as eleições para março.

Nara pergunta sobre a data se pode fazer uma nota para ir divulgando. Sr. André responde que assim que tiver uma data irá publicar para dar publicidade com todas as normas.

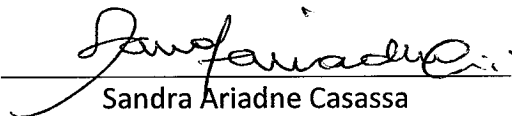
Sirlene pergunta sobre o prazo para ter a certificação, se hoje temos servidores inativos certificados, cita o exemplo dela na época que nem sabia o que era CPA-10 e viu no edital, se preparou e passou na prova.

Sr. André responde que sim, e tem alguns que falara que estão estudando e pretendem fazer a prova. Salaria que temos um cargo em vacância que devemos dar a devida publicidade e realizar a eleição, trazendo legalidade de todos os atos institucionais dos Conselhos e do Instituto.

Sandra finaliza a reunião agradecendo a presença de todos e confirmando a próxima reunião, dia 03 de fevereiro de 2020, às 18 horas, na sede do PauliPrev.

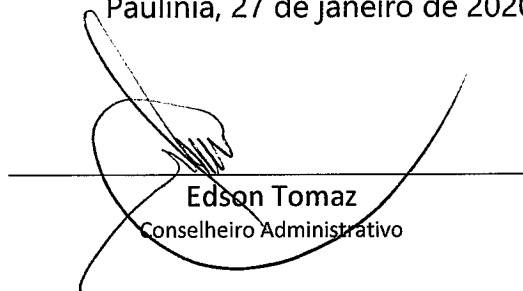
Término as 19h50.

Paulínia, 27 de janeiro de 2020



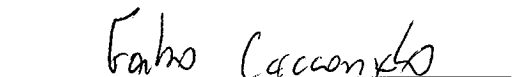
---

Sandra Ariadne Casassa  
Presidente Conselho Administrativo



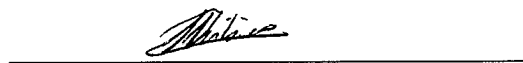
---

Edson Tomaz  
Conselheiro Administrativo



---

Fabio Ceconelo  
Conselheiro Administrativo





---

Idu Ribeiro  
Conselheiro Administrativo

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA**

  
\_\_\_\_\_  
**Nara Moretti**  
Conselheira Administrativa

  
\_\_\_\_\_  
**Erick Santos Paiva**  
Conselheiro Administrativo

  
\_\_\_\_\_  
**Paulo Henrique dos Santos**  
Conselheiro Administrativo

  
\_\_\_\_\_  
**Antônia Sirlene Lima**  
Conselheira Administrativa